

“PELA DESCOMUNIZAÇÃO DA PÁTRIA”: O MOVIMENTO ESTUDANTIL E O APOIO AO GOLPE DE 1964 EM SANTA MARIA¹

Mateus da Fonseca Capssa Lima²

Resumo: Este artigo aborda a divisão do movimento estudantil diante do Golpe de 1964, a partir da cidade de Santa Maria no Rio Grande do Sul. O objetivo é demonstrar a participação significativa de setores liberais e conservadores, que no seu conjunto se autodenominavam ‘democratas’, questionando as afirmações mais comuns de que o movimento estudantil nos anos 60 teria se constituído apenas em uma força social de oposição à Ditadura. No Rio Grande do Sul, e especificamente em Santa Maria, estudantes que apoiaram o golpe tinham ampla inserção na categoria.

Palavras-chave: Brasil, Golpe de 1964, Ditadura Civil-Militar, Movimento Estudantil, Direita Estudantil.

“FOR THE DECOMMUNIZATION OF THE NATION”: STUDENT MOVEMENT AND THE SUPPORT OF THE 1964’S COUP D’ÉTAT IN SANTA MARIA

Abstract: This article discusses the division of the student movement in the 1964 Coup d’État, as from the town of Santa Maria in Rio Grande do Sul. The aim is to demonstrate the significant participation of liberals and conservatives sectors, who called themselves ‘democrats’, questioning the most common statements that the student movement in the 60s was a social force that only opposed the dictatorship. In Rio Grande do Sul, and specifically in Santa Maria, students who supported the Coup d’État had wide representation in the category.

Keywords: Brazil, 1964 Coup d’État, Civil-Military Dictatorship, Student Movement, Right-Wing Students.

Introdução

A Ditadura Brasileira foi tradicionalmente representada, seja na historiografia, seja na imprensa ou nas memórias, como uma luta do Estado contra a sociedade civil. Essas visões privilegiaram ora os aspectos repressivos e autoritários do Estado, ora a

¹ Os resultados apresentados nesse artigo fazem parte de dissertação de Mestrado em História, realizada com apoio da CAPES. A pesquisa tem continuidade no Doutorado em História, também com apoio da CAPES.

² Graduado e Mestre em História pela Universidade Federal de Santa Maria. Doutorando em História pela UNISINOS, sob orientação do professor Dr. Hernán Ramiro Ramírez. Bolsista CAPES/PROSUP. Professor de História na rede municipal de Cachoeirinha/RS. E-mail: mateuscapsa@gmail.com

ação de grupos de oposição. Assim, as versões construídas acabaram por criar a imagem de uma sociedade civil vitimizada, diante de um aparato militar-policial cujo objetivo era suprimir todas as liberdades.

No entanto, atualmente os pesquisadores têm chamado atenção para o fato de que setores significativos da sociedade brasileira apoiaram o Golpe de 1964 e deram suporte à Ditadura. A obra pioneira nesse sentido foi *1964: a Conquista do Estado*, do sociólogo René Armand Dreifuss. Nessa obra, o autor destacou a ação de empresários representantes do capital multinacional-associado, que agiram em conjunto com lideranças civis e militares. Todavia, foi só recentemente que um conjunto maior de estudos passou a focar na “construção social dos regimes autoritários”, para utilizar a expressão que dá título à coleção organizada pelas historiadoras Denise Rollemberg e Samantha Viz Quadrat (2010).

Essa nova percepção, contudo, ainda não se reflete em todas as temáticas vinculadas ao período. Os estudos sobre o movimento estudantil estão entre elas. Um livro pioneiro sobre o tema, escrito no calor dos acontecimentos de 1968, afirmava que o estudante brasileiro era um “oposicionista nato” (POERNER, 1979). Essa concepção, que naturaliza e homogeneiza a ação desse movimento, ainda é muito presente na memória da militância de esquerda, nas reportagens jornalísticas e, de forma acentuada, na autoimagem construída pela União Nacional dos Estudantes (UNE).³ Na produção acadêmica, essa naturalização já foi objeto de questionamentos (MARTINS FILHO, 1987; SALDANHA, 2005), mas isso não se refletiu expressivamente em estudos específicos sobre os estudantes que apoiaram o Golpe e a Ditadura.

Como veremos, entretanto, uma parcela significativa dos estudantes se posicionou contra o governo João Goulart, tomando parte na campanha de desestabilização promovida pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Esses estudantes saudaram as Forças Armadas na ocasião do Golpe e deram suporte à Ditadura que se seguiu. Organizaram-se, disputaram eleições - vencendo em alguns casos - e escreveram manifestos, além de terem assumido as interventorias, indicados pelos militares.

Tal fenômeno aconteceu em todo o país com intensidade diferente. No Rio Grande do Sul e na cidade de Santa Maria, em particular, ele se destacou, pois em

³ Como bem destacou o estudo de Saldanha (2005).

diversos momentos as lideranças estudantis autodenominadas ‘democratas’⁴ tiveram amplo apoio de seus colegas. Santa Maria constituiu-se, assim, num contraponto à tese do ‘oposicionismo nato’.

A Ascensão ‘Democrata’ no Rio Grande do Sul

No contexto da propaganda anti-Goulart, os setores ‘liberais’ e conservadores do movimento estudantil se manifestaram. Em fevereiro de 1964, a União dos Estudantes de Novo Hamburgo denunciou o financiamento de atividades subversivas por parte da União Gaúcha dos Estudantes Secundaristas (UGES). Fazia parte do clima denunciata que precedeu o Golpe. No mês seguinte, o Movimento Democrático Universitário protestou contra a “baderna e subversão da ordem” (LAMEIRA, 2008: 122). No dia primeiro de abril, ainda com a situação indefinida, foi a vez da Mocidade Livre e Democrática do Rio Grande do Sul lançar um manifesto, já em apoio ao Golpe.

Segundo Martins Filho, após o Golpe, organizações de direita não conhecidas e pouco representativas ocuparam as interventorias quando as direções das entidades que estavam com a esquerda foram depostas (MARTINS FILHO, 1987: 82). No Rio Grande do Sul, as intervenções iniciaram logo após a vitória golpista, com o objetivo de desmobilizar os setores mais combativos. No meio estudantil, interventores atuaram nas principais universidades e entidades representativas estudantis. Algumas não tiveram suas diretorias depostas, pois já eram dirigidas por estudantes simpáticos ao Golpe.

Os diferentes grupos estudantis que apoiaram o golpe buscaram se articular. Nesse sentido, no início de 1966, em Capão da Canoa (RS), foi realizado um congresso dos “líderes universitários gaúchos de correntes não esquerdistas”.⁵ Nas palavras do organizador, o Presidente do Departamento Estadual de Estudantes e do Diretório Nacional de Estudantes, Paulo Gouvêa da Costa, “a necessidade de um mais perfeito

⁴ Esse artigo se concentra nos estudantes que apoiaram o Golpe de 1964 e se opuseram às esquerdas, mas que o fizeram utilizando, sobretudo, os espaços formais de disputa política e debate e que tinham representatividade na categoria estudantil. Tal posição foi compartilhada tanto por grupos conservadores quanto pelos ‘liberais’. Optou-se por utilizar a expressão ‘democratas’ para tratar do conjunto desses estudantes. Tal expressão era utilizada por diversas associações estudantis que apoiaram o Golpe (Movimento Democrático Universitário, Movimento Democrático Renovador, Movimento Cultural de Afirmação Democrática, entre outras).

⁵ Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria [AHMSM], *Correio do Povo*, 23 de janeiro de 1966, p. 20.

entrosamento entre aqueles que têm lutado por um movimento universitário realmente autônomo, verdadeiramente democrático e consciente, levou-nos a idear esta reunião”.⁶

Como resultado do encontro foi formado o movimento Decisão. Integraram o movimento, entre outros, estudantes das tendências Movimento Democrático Renovador e Movimento Cultural de Afirmação Democrática. Foi escolhido Paulo Luís Gazola, do Centro de Estudantes de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como secretário executivo, e Paulo Sarkis, Presidente do Diretório Central de Estudantes (DCE) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como assessor executivo. Segundo documento elaborado na ocasião:

O movimento terá [...] uma tônica pedagógica e formativa, paralela a uma estrutura de ação política, universitária. Ele deseja formar uma consciência, e uma elite, não uma equipe de campeões eleitorais. A Democracia não se alimenta da derrota dos inimigos, mas das suas próprias e positivas afirmações.⁷

Mais adiante, considerava que “o livre e digno debate político é a própria essência da democracia representativa”. Para o movimento, os universitários deveriam participar do debate “na sua condição de cidadãos, contribuindo para o aperfeiçoamento das estruturas políticas nacionais”. Além disso, defendiam a propriedade privada e a livre iniciativa.

Se a legislação proibia as manifestações de caráter político do movimento estudantil e do movimento sindical, ela claramente não se estendia aos movimentos conservadores. O objetivo da Ditadura Civil-Militar era desmobilizar aqueles que protagonizaram as lutas sociais de esquerda ou lutas pela ampliação dos direitos e da democracia, ao impedi-los de realizar greves, passeatas e reuniões. O Congresso realizado em Capão da Canoa não sofreu nenhum impedimento e recebeu cobertura favorável do principal jornal do Rio Grande do Sul.⁸

Santa Maria: uma cidade dividida

Conforme destacado por Diorge Konrad, Santa Maria era uma Cidade dividida em 1964 (KONRAD, 2006).⁹ De um lado, havia uma atuação importante dos setores

⁶ Idem.

⁷ AHMSM, *Correio do Povo*, 28 de janeiro de 1966, p. 9.

⁸ AHMSM, *Correio do Povo*, 28 de janeiro de 1966, p. 9.

⁹ Conferir também: OLIVEIRA, 2007. Segundo a autora “a Cidade foi repartida entre os que apoiaram o regime e aqueles que lutaram contra ele”, p. 229.

populares e de esquerda, sobretudo a partir do movimento ferroviário, visto que Santa Maria era o principal centro ferroviário do Rio Grande do Sul. O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB) tinham suas bases nessa categoria, mas também estendiam sua influência entre os estudantes. Em 1963, as eleições municipais tiveram como resultado a vitória da chapa do PTB, com Paulo Devanier Lauda como prefeito e Adelmo Simas Genro como vice. Por outro lado, a população do município de Santa Maria era de apenas 121 mil habitantes e a cidade tinha o segundo maior contingente militar do Brasil, inferior apenas ao do Rio de Janeiro¹⁰. Após a tentativa de Golpe, em 1961, o comando da 3ª Divisão de Infantaria, sediada em Santa Maria, esteve nas mãos de dois militares conservadores: Olympio Mourão Filho e Mário Poppe Figueiredo. Ambos trabalharam na articulação golpista e buscaram garantir a unidade interna da divisão, minimizando, portanto, que a influência dos setores nacionalistas dentro das Forças Armadas se expressasse na cidade. O próprio Mourão Filho referiu-se à situação após a Legalidade:

Assumi o comando e durante o resto de 1961 tratei de colocar a 3ª R.I. em condições operacionais, não somente do ponto de vista material, mas principalmente da disciplina, gravemente comprometida com o sucesso de 25 de agosto, até a posse do novo Presidente (MOURÃO FILHO, 1978: 29).

A Igreja, por sua vez, influenciava tanto os setores conservadores quanto os setores progressistas. O bispo da Cidade, Dom Luiz Victor Sartori, participou ativamente da conspiração golpista e praticava uma pregação anticomunista aos moldes do que fazia o Arcebispo Dom Vicente Scherer em Porto Alegre (KONRAD 2006; CEREZER, 2012). Mourão Filho considerava Sartori “um revolucionário entusiasmado” (MOURÃO FILHO, 1978: 32). Em uma das manifestações do bispo a emissoras de rádio, no final de abril de 1964, reproduzida pelo jornal *A Razão*, Dom Sartori defendia que:

A Revolução Militar, ainda em curso, teve um objetivo imediato, urgente e inadiável que precisa ser consolidado, após a vitória incruenta das forças armadas, o objetivo de anular o iminente Golpe marxista, comunista que ameaçava o regime democrático brasileiro com uma ditadura totalitária, nos moldes de Moscou, Pequim ou Cuba. Importava desmontar a máquina infernal marxista prestes a desfechar seu verdadeiro Golpe, como importa, agora neutralizar a ação dos agentes da subversão da ordem e dos que com eles, por

¹⁰ Os dados são relativos a 1962. A população urbana era de 84.128 habitantes e o número de militares era de 9.600, portanto, mais de 10% da população urbana era militar. Cf. ROCHA FILHO, 1962: 74.

motivos vários, estavam em franco conluio (*A Razão*, 26 abr. 1964, p. 2, *apud* CEREZER, 2012: 225).¹¹

O discurso seguia enfatizando que a ‘Revolução’ não teria apenas um aspecto negativo, mas uma característica construtiva, pois se havia um ‘perigo comunista’, esse se devia ao clima favorável existente no Brasil, marcado pela corrupção e pelas injustiças sociais. O movimento deveria se constituir em uma “Revolução Social, isto é, a constituição de uma ordem social humana justa, cristã, autenticamente democrática” (*A Razão*, 26 abr. 1964, p. 2, *apud* CEREZER, 2012: 225).

Por outro lado, a Ação Católica, que participava da luta por reformas sociais, tinha bastante importância na cidade. As duas principais entidades representativas dos estudantes secundaristas e universitários eram comandadas em 1964 pela Ação Católica. Alguns padres progressistas como Romar Virgílio Pagliarin e José Carlos Pretto exerciam uma importante influência entre os estudantes. Portanto, a predominância da esquerda católica na direção das entidades estudantis do país também se verificava em Santa Maria.

Entre 1961 e 1964, as tensões políticas se tornaram cada vez mais acirradas e a polarização ficou mais aguda nos meses que antecederam o Golpe. As forças conservadoras conseguiram cada vez mais espaço no principal jornal de Santa Maria, *A Razão*, enquanto os movimentos populares e de esquerda tinham abrigo nas páginas do semanário *A Cidade*. No caminho da crise de 1964, no entanto, os conspiradores se mostraram mais organizados.

Nos primeiros dias de abril de 1964, a situação ainda estava indefinida no Rio Grande do Sul. Enquanto Ildo Meneghetti transferia secretamente a sede do governo para Passo Fundo, em Porto Alegre o movimento de resistência se concentrava em torno da Prefeitura, visto que o Executivo Municipal era comandado pelo prefeito Sereno Chaise, do PTB. Esperava-se que o estado pudesse construir uma resistência ao assalto golpista, assim como havia feito em 1961, na chamada Campanha da Legalidade. Assim, ainda no dia 1º, o presidente João Goulart nomeou Ladário Telles como comandante do III Exército. Através das emissoras de rádio, tentava-se reeditar a Cadeia da Legalidade. No dia 2 de abril, Goulart desembarcava em Porto Alegre. Contudo, ao tomar conhecimento da situação das tropas no Rio Grande do Sul, o presidente concluiu

¹¹ *A Razão* era o principal jornal da cidade de Santa Maria. Nos anos 1960 pertencia ao grupo dos Diários Associados, de propriedade de Assis Chateaubriand. O jornal dava bastante cobertura aos grupos que apoiaram o Golpe de 1964, mas também noticiava a ação dos estudantes de esquerda.

não haver condições de resistência. Não era possível contar com a Brigada Militar nem com a maior parte das unidades do III Exército. Apesar da forte mobilização na capital do estado, no intento de evitar uma guerra civil, Goulart partiu no mesmo dia para o exílio no Uruguai. Tentativas de resistência ainda foram reprimidas em Porto Alegre nos dias 3 e 4 de abril (PADRÓS; LAMEIRA, 2009: 33-50).

Em Santa Maria, os estudantes tentaram algumas ações dispersas. Na manhã do dia 1º de abril, alguns militantes transmitiam seus protestos pelas rádios Santamariense e Guarathan. No entanto, a possibilidade de se reeditar a Rede da Legalidade foi frustrada na tarde do mesmo dia, quando a polícia e os militares da 3ª DI retomaram as emissoras (KONRAD, 2006; OLIVEIRA, 2007). Milton Saldanha relata a situação:

Em Santa Maria, havia garoa durante a manhã de 1º de abril, um dia cinzento, e a situação era indefinida. Fui com Tarso Genro e João Nascimento para a *Rádio Santamariense*, engajada na precária rede de resistência. Falamos ao vivo. João, especialmente, era muito bom orador. Depois ficamos andando pela Cidade, sem rumo, em busca de alguma articulação. Mas não havia o que fazer. À tarde, o Exército foi para as ruas. Ocupou o Centro, as quatro rádios, Correio, telefônica e usina de energia elétrica. Calou a Rede da Legalidade e isso deixou claro que tinha aderido ao Golpe (SALDANHA, 2012: 125).

Segundo Dartagnan Agostini, estudante secundarista em 1964, a resistência que se esboçava era articulada com o apoio da Prefeitura, à época ocupada por Paulo Lauda e Adelmo Genro, do PTB. De acordo com ele: “tentamos articular junto com a Prefeitura pra ver se a gente conseguia impor uma manifestação de massa ou qualquer outra mais radical”. Pensou-se, inclusive, em fazer uma ação contra o quartel, “mas depois a gente começou a raciocinar, começou a juntar gente, quem tinha arma, quem não tinha, se dando conta que seria suicídio político e suicídio pessoal”.¹²

O peso dos militares na cidade parece ter sido o principal elemento de desmobilização. João Nascimento, que participou dos protestos proferidos na Rádio Santamariense, disse que ao saírem do local com a chegada da polícia, foram para a rua, tentaram se mobilizar, “mas o Exército foi rápido, não deu tempo da gente se organizar, porque eles tomaram rapidamente as ruas”.¹³ Neste mesmo sentido, outro militante secundarista, Luiz Alberto dos Santos Rodrigues, lembra que: “Havia em cada esquina

¹² AGOSTINI, Dartagnan. Entrevista concedida a Mateus da Fonseca Capssa Lima. Santa Maria: 2011. Ver também: AGOSTINI, 1999: 169.

¹³ NASCIMENTO, João. Entrevista concedida a Mateus da Fonseca Capssa Lima. Santa Maria: 2012.

do centro, nas escolas, principalmente à noite, havia militares, soldados do Exército fazendo a vigilância”.¹⁴

Os estudantes conseguiram realizar uma panfletagem ainda na primeira semana após o Golpe. A ideia partiu de um sargento da Brigada Militar que era secundarista na Escola Estadual Manoel Ribas. Os militares, no entanto, conseguiram identificar a gráfica pela análise da tipografia e, a partir daí, foram atrás dos envolvidos no protesto. Esse fato gerou um Inquérito Policial-Militar (IPM) contra o presidente e o vice-presidente da União Santamariense dos Estudantes.

Enquanto as principais ações eram levadas à frente pelos secundaristas, a principal entidade dos universitários, a Federação dos Estudantes Universitários de Santa Maria (FEUSM), pronunciava-se de maneira ambígua. A nota publicada no jornal *A Razão*, em 2 de abril, conclamava “todos os brasileiros para que, num clima de fraternidade nacional” resguardarem “as instituições democráticas e os poderes constituídos” e manifestava o “seu respeito à Constituição Brasileira”, base do “sistema democrático” e dos “poderes constituídos”, além de expressar “sua posição de apoio às reformas” das estruturas que viessem “ao encontro dos mais profundos anseios populares”.¹⁵

Os acontecimentos em Santa Maria não diferiam muito da reação geral da esquerda estudantil diante do Golpe Civil-Militar. Em todo o País, houve tentativas de resistência, mas elas foram dispersas. A União Nacional Estudantes (UNE) chegou a decretar uma greve geral no dia 1º de abril. Esperava-se uma ampla resistência, dirigida pelo presidente. No entanto, essa posição foi frustrada diante da derrota do ‘esquema militar’ e do caminho seguido por Goulart na condução da crise. Assim como o restante do movimento popular, a esquerda estudantil se viu sem uma direção. Ainda no dia 1º de abril, a sede da UNE foi invadida e incendiada. Na base estudantil, segundo Martins Filho (1987: 68), predominou uma espécie de ‘paralisia política’, que já demonstrava uma espécie de descontentamento em relação à direção da UNE.

Apesar do conteúdo moderado das declarações, vários centros acadêmicos se posicionaram contrários à nota da FEUSM. No dia 9, foi publicado um manifesto do

¹⁴ RODRIGUES, Luiz Alberto. Entrevista concedida a Mateus da Fonseca Capssa Lima. Santa Maria: 2012. A presença dos militares enquanto inibidora da ação política em Santa Maria é destacada também por: MARTINS, 1999: 164.

¹⁵ AHMSM, *A Razão*, 16 de abril de 1964, capa e p. 5.

Centro Acadêmico do Direito, em que esse se opunha à posição da Federação. Segundo o documento:

Esperávamos que nossa entidade fizesse uma definição clara, precisa, livre e cristã, onde deixasse claro que somos partidários da DESCOMUNIZAÇÃO DA PÁTRIA e que repelimos todo e qualquer cidadão, tenha ou não imunidades, que queira subverter a ordem e desrespeitar as instituições, negando os princípios de Fé Cristã e da Democracia, que são o baluarte do povo brasileiro. [...] Julgamos justo, correto e necessário que alguém, neste País, se levantasse e conclamasse o povo à união contra as arbitrariedades que vinham sendo praticadas. Precisava a Pátria que alguém terminasse de uma vez por todas, com as coações subversivas efetivadas contra o Congresso Nacional. Necessitávamos de alguém que se propusesse a sanear a COMUNO-SINDICALIZAÇÃO, que impusesse o respeito hierárquico e reconduzisse ao respeito e à moral os detentores dos mais altos cargos na Nação.¹⁶

As assembleias que definiram o posicionamento dos estudantes do Direito, bem como da Medicina, ocorreram ainda no dia 1º de abril. De acordo com Milton Saldanha:

À noite fui com meu irmão Rubem Mauro a duas assembleias de estudantes, nas faculdades de Medicina e Direito, esta última onde ele estudava, além de servir no NPOR, com sede no 7º Regimento, Rubem esqueceu sua condição militar e fez um discurso atacando o general golpista. Fiquei apavorado, porque poderia ser preso. Nessas assembleias a turma da direita, que nunca se manifesta para nada, pela primeira vez se revelou: festejavam o Golpe com provocativos sorrisos de prazer. Faltou pouco para virar pancadaria entre os dois grupos (SALDANHA, 2012: 126).

No dia 15 de abril, o Centro Acadêmico dos Estudantes de Engenharia manifestou-se contrário às relações da UNE e “outras entidades de cúpula estudantil com forças comunistas nacionais e internacionais”, sentindo-se “no dever moral de vir a público manifestar sua repulsa aos atos de traição à Pátria praticados pelas minorias inexpressivas de agitadores e ativistas comunistas que se apoderaram daquelas entidades”.¹⁷

Um dia depois, *A Razão* publicou uma nota dos estudantes da Faculdade de Filosofia, que pediam a “expulsão de nosso meio dos maus brasileiros ‘comunistas e agitadores’ que mediante as suas ações nefastas, tantos males e prejuízos têm trazido à UNIVERSIDADE DE SANTA MARIA”. Com esse manifesto, esses estudantes desejavam “expressar a [...] posição de VERDADEIROS ACADÊMICOS amantes de um BRASIL LIVRE, ORDEIRO e DEMOCRÁTICO. Na missão de futuros

¹⁶ AHMSM, *A Razão*, 9 de abril de 1964, p. 6.

¹⁷ AHMSM, *A Razão*, 15 de abril de 1964, p. 6.

plasmadores do pensamento nacional”, sempre inspirados “nas verdadeiras fontes de uma filosofia CRISTÃ E DEMOCRÁTICA”.¹⁸

Máximo Trevisan, que na época era presidente do Centro Acadêmico Jacques Maritain da Faculdade de Filosofia, destaca que as posições conservadoras eram bastante presentes naquela faculdade, assim como na faculdade de engenharia.¹⁹ Essas manifestações deixam bastante claro que, embora a diretoria da FEUSM fosse ligada às esquerdas, uma parcela significativa dos Centros Acadêmicos das faculdades se encontrava sob a direção de setores contrários ao governo de João Goulart e à gestão da UNE. Em todos os casos, fica explícito o teor anticomunista do discurso. Afirma-se a existência de uma ideologia comunista externa infiltrada entre os estudantes, contraposta a uma suposta natureza ‘cristã’ e ‘democrática’ do ‘povo brasileiro’ e defendida pelos ‘verdadeiros acadêmicos’. É através desses termos que apoiaram a ‘descomunização da pátria’ levada a efeito pelas Forças Armadas.

A Hegemonia ‘Democrata’

A posição ambígua da FEUSM na ocasião do Golpe não evitou que a entidade fosse bombardeada por críticas advindas de vários Centros Acadêmicos.²⁰ O resultado foi que, cerca de dez dias depois, com a vitória golpista já consumada, Jaime Goar Pasa manifestou seu apoio às Forças Armadas,²¹ entregando a elas a direção da FEUSM.²²

Até o mês de março de 1965, a entidade foi gerida pelo acadêmico e militar José Carlos Duarte, que assumiu o posto de interventor. Com o fim da intervenção e a realização de eleições diretas, a composição do DCE-UFSM teve presidente e vice-presidente de chapas diferentes.²³ Concorriam Prudêncio Ramão Almiron (Direito) como presidente e Paulo Sarkis (Engenharia) como vice contra Júlio Cezar Teixeira (Medicina) como presidente e Nilo Gomes (Engenharia) como vice. O pleito acabou elegendo Júlio Teixeira e Paulo Sarkis. Teixeira tinha ligação com as esquerdas tendo, ao longo de seu mandato, se aproximado do Grupo da Vanguarda Cultural. Com o O

¹⁸ AHMSM, *A Razão*, 16 de abril de 1964, p. 6.

¹⁹ TREVISAN, Máximo. Entrevista concedida a Mateus da Fonseca Capssa Lima. Santa Maria: 2012.

²⁰ *A Razão* publica manifestos dos estudantes do Direito, em 9 de abril, da Engenharia, em 15 de abril, da Filosofia, em 16 de abril, e da Medicina, em 19 de abril.

²¹ AHMSM, *A Razão*, 14 de abril de 1964, p. 6.

²² AHMSM, *A Razão*, 23 de abril de 1964, p. 6.

²³ A partir da Lei Suplicy, as Federações de Estudantes foram substituídas pelos DCEs.

Grupo da Vanguarda e a União Santamariense dos Estudantes, o DCE-UFSM formou a Tríplice Aliança Cultura.

De qualquer forma, as tentativas de articulação das esquerdas chegariam ao fim em agosto de 1965. As eleições realizadas naquele mês na União Santamariense dos Estudantes deram vitória à chapa encabeçada por Irineu Magnago, representante dos estudantes ‘democratas’, segundo o jornal *A Razão*. Magnago, estudante do Colégio Estadual Maria Rocha, obteve 2604 votos, enquanto o adversário Antônio Costa conquistou 2076. Os ‘democratas’ venceram em todos os cargos, elegendo também João Dalbosco e Pedro Laurecy da Costa, respectivamente primeiro e segundo vice-presidente, que derrotaram Neuzimar Pacheco e Bernadete Kurtz.²⁴

No final desse mesmo mês, as eleições para o Diretório Estadual de Estudantes funcionaram como uma prévia das eleições para o DCE. Em Santa Maria, desconsiderando-se brancos e nulos, a chapa de Paulo Gouvêa da Costa obteve 73% dos votos. Para representante dos universitários de Santa Maria frente à entidade, foi eleito o candidato único Etelvino Singnor, com 1.515 votos.²⁵ Etelvino era um dos acadêmicos que havia assinado o manifesto dos estudantes de Filosofia em favor do Golpe, ainda em abril de 1964.²⁶ Em fins de outubro se confirmou a tendência. A chapa que tinha Paulo Sarkis como candidato a presidente e Jorge Emanuelli como vice venceu com mais de 700 votos de diferença os adversários Cláudio Flamarion e Byron Costa (KONRAD, 2006: 106).

Sarkis, agora presidente do DCE, participou do Congresso de fundação do Movimento Decisão, em janeiro de 1966, ocasião em que foi escolhido assessor executivo da organização. Os estudantes ‘democratas’ haviam conquistado importantes entidades no ano de 1965 (DCEs da UFSM e da UFRGS, além do Diretório Estadual de Estudantes) e foi a partir desse acúmulo que se constituiu o Decisão. Segundo a matéria do jornal *A Razão*:

Após os esforços realizados desde agosto do ano passado, e que culminaram com a eleição de democratas para os postos chaves da política estudantil universitária e em muito Diretórios Acadêmicos, esta é a primeira iniciativa que objetiva congregar num único movimento todas as forças político-estudantis sob a égide de um Movimento de cunho autenticamente democrático com vistas à consolidação das posições conquistadas nas últimas eleições.

²⁴ AHMSM, *A Razão*, 24 de agosto de 1965, p. 6.

²⁵ AHMSM, *A Razão*, 1º de setembro de 1965, p. 6.

²⁶ AHMSM, *A Razão*, 16 de abril de 1964, p. 3.

Imediatamente após as mesmas, realizaram-se estudos preliminares com vistas à criação de um movimento desta ordem, e que agora deverão servir de subsídio no encontro de Capão da Canoa.²⁷

A situação de Santa Maria, portanto, estava inserida num contexto maior, que envolvia vitórias em outros diretórios e que procurava constituir uma ação organizada.

Paulo Sarkis representava as ambiguidades do movimento estudantil ‘democrata’. Por um lado, defendia os interesses mais imediatos dos estudantes, posicionando-se repetidas vezes contra a cobrança de taxas. Por outro lado, admitia a possibilidade de estabelecimento de uma tarifa anual. Além disso, ao mesmo tempo em que exercia uma atuação presente e decidida no Conselho, articulava-se politicamente com os ‘democratas’ e criticava as esquerdas, como no caso de rompimento com o TAC ou na repercussão da Passeata dos ‘Bixos’, em 1966.²⁸ Em julho, por exemplo, representantes do DCE, entre eles Sarkis, foram a Curitiba, onde puderam entrar em contato com o Ministro Muniz Aragão e “outras autoridades educacionais”. Além de buscarem verbas e proporem solucionar a questão da coincidência de períodos entre os horários de aula e os cursos de oficiais da reserva, o Congresso do qual participavam aprovou “uma nota de solidariedade ao Diretório Nacional dos Estudantes e contra a realização do congresso da UNE, patrocinado por comunistas internacionais e agitadores, em Belo Horizonte”.²⁹ Os ‘democratas’ não queriam, portanto, acabar com a participação ativa dos estudantes, queriam um movimento ‘purificado’, sem a influência das esquerdas e que não se envolvesse em questões políticas mais amplas.

Na eleição seguinte, realizada em outubro de 1966, foram vitoriosos os candidatos da situação Evandro Cloacir Behr e Renelli Luiz Rossato, respectivamente presidente e vice. Evandro conseguiu 1032 votos, enquanto o candidato à presidência pela oposição, Clóvis Rogério Bornemann, obteve 901. No cargo de vice, a vitória de Renelli foi conquistada com 1052 votos, enquanto a oposição atingiu 872 com a candidatura de Olci Soria Machado.³⁰

A nova gestão, em linhas gerais, manteve as mesmas características da anterior. No entanto, não se verificaram os mesmos atritos com as esquerdas observáveis nos

²⁷ AHMSM, *A Razão*, 23 de janeiro de 1966, p. 6.

²⁸ No início do ano letivo de 1966, estudantes da Faculdade de Direito empunharam cartazes criticando a Ditadura Civil-Militar. O presidente do DCE lançou nota na imprensa, criticando a ação desses universitários.

²⁹ AHMSM, *A Razão*, 29 de julho de 1966, p. 6. Deste Congresso da UNE, em Belo Horizonte, participaram dois acadêmicos da UFSM, Dartagnan Agostini e Tarso Genro. In: AGOSTINI, Dartagnan. *Entrevista concedida a Mateus da Fonseca Capssa Lima*. Santa Maria: 2011.

³⁰ AHMSM, *A Razão*, 27 de outubro de 1966, p. 3.

dois anos anteriores. Ao que parece, houve um refluxo na atuação das esquerdas em Santa Maria, durante o ano de 1967.

A atuação de Evandro Behr foi similar à de Paulo Sarkis, defendendo os interesses estudantis quanto à cobrança de taxas para o transporte. Quando essa gestão chegou ao fim, já estava em vigência o Decreto Aragão. Esse decreto determinava eleições indiretas para os DCEs e assim foi feita a escolha dos sucessores. A chapa única era composta por Nelson Schwertner (presidente) e Mauro Régis de Menezes (vice-presidente) e representava a continuidade das gestões anteriores. O bom relacionamento entre esses estudantes e deles com a reitoria ficou registrada em fotografia publicada no jornal *A Razão*, que mostra Evandro, Nelson e Mauro em visita ao reitor substituto Hélios Bernardi, alguns dias antes da eleição.

Em julho, o presidente do DCE foi chamado pelo presidente Costa e Silva para participar de estudos sobre a Reforma Universitária. A atuação dos representantes recebeu elogios do reitor Mariano da Rocha. Assim, na reunião do Conselho Universitário de 2 de agosto de 1968, solicitou para que constasse “em ata um voto de louvor aos nossos universitários que se têm conduzido de uma maneira independente e sem dúvida, hoje, se constituem numa das mais expressivas forças universitárias do Brasil”.³¹ A condução do DCE, portanto, agradava tanto às autoridades locais quanto às lideranças mais importantes da Ditadura Civil-Militar.

Novas eleições indiretas foram realizadas em 30 de outubro de 1968. Os estudantes ‘democratas’ conquistaram mais uma vitória. Àquela altura, com os protestos das esquerdas estudantis em refluxo e a legislação que estabelecia eleições indiretas em vigor desde 1967, os ‘democratas’ consolidaram sua hegemonia no DCE e nos Centros Acadêmicos.

Considerações Finais

A representação do movimento estudantil na memória, na imprensa e na bibliografia privilegia o caráter oposicionista e mesmo de esquerda. Não raro o estudante é visto como um ‘oposicionista nato’. No entanto, as posições políticas variam conforme o tempo e o espaço e expressam uma diversidade de posições que vão

³¹ Departamento de Arquivo Geral da UFSM [DAG/UFSM]. *Ata da 94ª Sessão do Conselho Universitário*. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2 de agosto de 1968, p. 2.

da esquerda até a direita. É verdade que em contextos específicos pode haver uma unidade maior. Todavia, as tentativas de naturalização são falsas.

Os anos 1960 são vistos geralmente como o ápice da esquerda estudantil no Brasil, e também no mundo. Em Santa Maria, então uma cidade ferroviária que possuía a primeira Universidade Federal do interior do país, ela também foi atuante. Até 1964, os setores progressistas da Igreja Católica foram predominantes, comandando inclusive as duas entidades principais da cidade, a União Santamariense dos Estudantes e a FEUSM. Em Santa Maria, após o Golpe, os grupos de esquerda conseguiam realizar algumas atividades, como panfletagens, pichações, comícios relâmpagos, mas, limitados pela conjuntura e pelas especificidades locais, foram incapazes de desencadear na Cidade o tipo de manifestação política que marcava o movimento em outras partes do país. Isso se devia em parte às características militares de Santa Maria, então o segundo maior contingente do Brasil, em um município que mal ultrapassava os 120 mil habitantes. Essa presença era suficiente para que houvesse, entre os próprios estudantes, vários militares, o que dificultava a ação das esquerdas, sempre vigiadas, além desses estudantes-militares alterarem, em alguma medida, a própria composição da categoria estudantil. Outra situação que contribuía para condicionar o movimento era a estrutura peculiar da UFSM, onde conviviam faculdades públicas e privadas, estas últimas chamadas de agregadas e que eram todas confessionais.

Ao mesmo tempo, os setores conservadores e liberais, que se autoproclamavam ‘democratas’, tiveram no Rio Grande do Sul, e em Santa Maria em particular, uma ação forte e representativa. Nacionalmente, essas posições estiveram presentes até mesmo nas gestões da UNE na primeira metade da década de 1950, mas haviam perdido a hegemonia para a esquerda católica. Mesmo assim, em 1964, entidades municipais e Centros Acadêmicos pelo país afora, como por exemplo a União Metropolitana de Estudantes Secundários, do Rio de Janeiro, eram conduzidas por esses setores. Os manifestos publicados em Santa Maria, logo após o Golpe, demonstram que na cidade eles presidiam vários dos Centros Acadêmicos. Ao longo de 1965, os estudantes ‘democratas’ conquistaram as direções das duas entidades municipais mais importantes, a União Santamariense dos Estudantes e o DCE da UFSM. No início de 1966, as tentativas de articulação desses estudantes em âmbito estadual se concretizaram com a formação do Movimento Decisão, que passou a dirigir a União Estadual de Estudantes e

o Diretório Estadual de Estudantes, assim como o DCE da UFSM, durante todo o período estudando neste trabalho.

Se os estudantes ‘democratas’ apoiaram o Golpe e deram suporte à Ditadura, isto não significou aceitar todas as pautas das reitorias e direções de escola ou defender integralmente os projetos educacionais e a legislação de controle elaborada pela Ditadura. Ao contrário, se desejavam a ‘depuração’ das entidades estudantis, ou seja, sem a influência da esquerda, não queriam a extinção delas e se posicionaram contra as tentativas neste sentido. A atuação desses estudantes, portanto, foi muito mais complexa do que lhes atribuíra os militantes de esquerda, que os consideravam como traidores da categoria.

Para Santa Maria, como vimos, não são válidas as teses que naturalizam ou homogeneizam as posições políticas dos estudantes. O Movimento Estudantil é diverso e essa diversidade se explica pelas origens de classe diferentes entre seus membros, pela predominância da classe média na composição da categoria, cujas posições tradicionalmente se dividiam, pela ação de vários grupos, organizações e partidos políticos que buscavam recrutar militantes, pelo contato intelectual diversificado proporcionado pela universidade, pelos interesses pessoais de cada estudante, entre outros fatores.

Conjunturas específicas permitiram um diálogo maior entre lideranças de esquerda e a base da categoria em algumas cidades, como Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo, só para citar algumas. Mas o mesmo não ocorreu em Santa Maria e, arrisco dizer, em várias cidades do interior do país. Os dados das eleições para a União Estadual dos Estudantes do Rio Grande do Sul, em 1965, por exemplo, mostram que a chapa de esquerda foi vitoriosa em apenas quatro cidades, enquanto a chapa ‘democrata’ havia vencido o pleito em doze cidades. Outras pesquisas serão necessárias para averiguar a forças deste setor do movimento em outras partes do estado e do país, mas é significativo que estudantes ‘democratas’ tenham conseguido representatividade em uma cidade com forte tradição do movimento ferroviário e cujo prefeito, em 1964, era do PTB.

A partir de 1968, os momentos de conflito aberto cessaram, seja pelo refluxo nacional do Movimento Estudantil, após as prisões no Congresso de Ibiúna, em outubro, e a decretação do Ato Institucional nº 5 em dezembro, seja pelas estratégias das

organizações clandestinas de esquerda, ou ainda pelas especificidades locais, que já colocavam limites à realização de manifestações públicas antes de 1968.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CEREZER, Osvaldo Mariotto. 2012. “Imprensa e Estado Autoritário: o jornal *A Razão* e o Golpe Militar de 1964”. In: RIBEIRO, José Iran; WEBER, Beatriz Teixeira (orgs.). *Nova História de Santa Maria: outras contribuições*. Santa Maria: Câmara Municipal de Vereadores.

DREIFUSS, René Armand. 1981. *1964: a conquista do Estado*. Ação política, poder e Golpe de classe. Petrópolis: Vozes.

KONRAD, Diorge Alceno. 2006. “Sequelas de Santa Maria: memória do apoio e da resistência ao Golpe de 1964”. In: PADRÓS, Enrique Serra (org.). *As Ditaduras de Segurança Nacional: Brasil e Cone Sul*. 1ª ed. Porto Alegre - RS: CORAG/Comissão do Acervo da Luta Contra a Ditadura, v. 1.

LAMEIRA, Rafael Fantinel. 2008. *Os Movimentos Sociopolíticos e o Golpe Civil-Militar de 1964 no Rio Grande do Sul*. Monografia de Graduação em História. Santa Maria: UFSM.

MARTINS, Antonia Leite. 1999. “Movimento Estudantil Universitário em Santa Maria”. In: SCHERER, Amanda Eloina; NUSSBAUMER, Giseli Marchiori; FANTI, Maria da Glória di. *Utopias e distopias: 30 anos de maio de 1968*. Santa Maria: Departamento de Ciências da Informação/Mestrado em Letras.

MARTINS FILHO, João Roberto. 1987. *Movimento Estudantil e Ditadura Militar - 1964-1968*. Campinas: Papyrus.

MOURÃO FILHO, Olympio. 1978. *Memórias: a verdade de um revolucionário*. Porto Alegre: L&PM.

OLIVEIRA, Maria Margareth Freitas. 2007. “O Movimento Estudantil universitário de Santa Maria de 1960 a 1968”. In: QUEVEDO, Júlio; IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. *Movimentos Sociais na América Latina: desafios teóricos em tempos de globalização*. Santa Maria: MILA.

PADRÓS, Enrique Serra; LAMEIRA, Rafael Fantinel. 2009. “1964: o Rio Grande do Sul no olho do furacão”. In: PADRÓS, E; BARBOSA, V.; LOPEZ, V.; FERNANDES, A.. (Org.). *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. Da Campanha da Legalidade ao Golpe de 1964. 1 ed. Porto Alegre, v. 1, p. 33-50.

POERNER, Artur José. 1979. *O Poder Jovem*. História da participação política dos estudantes brasileiros. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

ROCHA FILHO, José Mariano da. 1962. A Universidade de Santa Maria. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Maria*, ano 1, n. 1.

ROLLEMBERG, Denise (Org.); QUADRAT, Samantha Viz (Org.). 2010. *A construção social dos regimes autoritários*. Legitimidade, consenso e consentimento no Século XX. Volume 2: Brasil e América Latina. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SALDANHA, Alberto. *A Une e o Mito do Poder Jovem*. Maceió: Edufal, 2005.

SALDANHA, Milton. 2012. *O País Transtornado: memórias do Brasil recente*. Porto Alegre: Movimento.

Artigo recebido em 15/04/2014

Artigo aceito em 27/08/2014